

O peso da dívida externa

MAIR PENA NETO

Com os US\$ 128 bilhões que o Brasil pagou de dívida externa durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso teria sido possível construir mais de 15 milhões de moradias populares, em lotes de 200 metros quadrados, ao custo unitário de R\$ 15 mil, acabando com o déficit habitacional no país. Também se poderia assentar 5,8 milhões de famílias de agricultores, ao custo de R\$ 40 mil cada uma, o que daria fim ao problema dos sem-terra.

Estes exemplos refletem o que os defensores da renegociação da dívida externa do Brasil chamam de dívida social. Para colocar a questão em debate na sociedade, igrejas cristãs e organizações civis, no âmbito da Campanha Internacional do Jubileu 2000, iniciada pelo Vati-

cano, promovem de 2 a 7 de setembro o Plebiscito Nacional da Dívida Externa. Respondendo a três perguntas, os brasileiros poderão dizer se concordam ou não com as diretrizes econômicas do governo federal.

Em resposta ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que esta semana classificou de "baboseira" a discussão do tema, os promotores do plebiscito garantem que a iniciativa não é a "promoção do calote" das dívidas do país. "Queremos uma renegociação séria dessa dívida externa, que é um mecanismo de sangria dos recursos do país", afirma o economista Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), responsável pelos dados do que teria sido possível fazer com o dinheiro que o país transfere aos credores.

As dívidas externa (US\$ 231

bilhões) e interna (R\$ 541 bilhões) somam quase R\$ 1 trilhão e Reinaldo Gonçalves não hesita em apontar a maior relevância do endividamento externo. "Ele é mais importante porque envolve a necessidade de gerar dólares. E isso tem um preço social", afirma.

Para o Brasil conseguir os dólares para responder à dívida externa (o pagamento de juros estimado para este ano é de US\$ 18 bilhões), o governo precisa recorrer a determinadas políticas, que freiem o crescimento econômico. O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, Roberto Gianetti da Fonseca, disse que a economia não pode crescer acima de 5% ao ano sob o risco de desequilibrar as contas externas do país.

"Esta política do governo se traduz, por exemplo, em juros

altos para atrair capital estrangeiro, em arrocho fiscal para manter a economia em nível de baixo crescimento, e na rolagem da dívida pública, que cresce com os juros mais altos", enumera Reinaldo Gonçalves. "Tudo isso tem origem no endividamento externo e leva o governo a reduzir os seus gastos em educação, saúde etc. Este é o alto custo social do dólar e da dívida", completa.

A dívida interna, contemplada em uma pergunta do plebiscito, também gera problemas sérios ao país, mas pode ser enfrentada de outras maneiras, já que não envolve o dólar. "Há uma diferença qualitativa entre as duas", define Reinaldo Gonçalves. "A dívida interna é como o tumor benigno e a dívida externa é o tumor maligno. Ambos têm que ser extirpados, mas são bem distintos."